



Mulher na frente de produção

Jovens e mulheres defendem legislação clara sobre a terra

JOVENS e mulheres da província de Nampula defendem uma legislação clara sobre o acesso à terra no país, particularmente quando se destina à habitação e desenvolvimento de projectos socioeconómicos.

A visão foi partilhada na terça-feira, num encontro de auscultação no âmbito da revisão da Política Nacional de Terras e da Lei de Terras organizado pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em cumprimento de um memorando assinado com o Ministério da Terra e Ambiente.

Os intervenientes no encontro queixaram-se de constrangimentos imensuráveis de natureza burocrática, apontando-os como principais culpados as autoridades a diversos níveis, lideranças comunitárias e supostos proprietários nativos.

Os participantes também apresentaram queixas contra as autoridades municí-

pais e alegados proprietários de terras que exigem valores monetários para cedência de espaços.

Alguns jovens manifestaram preocupação porque, segundo afirmam, mesmo espaços reduzidos para construção de habitação são vendidos a preços exorbitantes e a situação piora quando a terra é para a implantação de projectos socioeconómicos.

As mulheres apontaram conflitos que surgem em casos de viuvez. Muitas mulheres acabam por ser expulsas ilegalmente pelos familiares dos maridos, num processo em que os filhos, herdeiros legítimos, acabam por ser as principais vítimas.

Adriano Nuvunga, director do CDD, destaca a auscultação como oportunidade para os jovens discutirem o seu futuro através da aprovação de leis que reflectam os seus anseios.

“Impõe-se a revisão desta lei justamente porque o contexto em que foi feita em

1997 mudou. Basta olhar para o número de habitantes, a população de Moçambique cresceu de forma exponencial, causando uma pressão enorme sobre a terra, que é o mais importante recurso que os moçambicanos têm”, anotou.

Nuvunga deixou claro que a sua organização advoga que a terra continue como propriedade do Estado.

“Continue a ser propriedade dos moçambicanos, colectivamente. O nosso ponto de advocacia é que a terra permaneça como propriedade do Estado”, esclareceu.

O activista social fez notar um terceiro ponto para a entrada do CDD nesta auscultação, com a participação da juventude, que considera estratégica.

“Os jovens são os agentes da transformação e da mudança de hoje, são os líderes da nossa sociedade e comunidades. São os jovens que devem estar na linha da frente

desta revisão da Lei de Terras e a nós, como CDD, cabe-nos facilitar o processo”, disse.

O director do Serviço Provincial do Ambiente, Luís Sande, disse que o espaço de discussão também deveria servir para a exposição de contribuições com vista a melhorar o instrumento que norteará, no futuro, toda a legislação sobre a Política de Terras.

“O nosso sector está para ouvir, sistematizar e endereçar esta informação a quem de direito”, salientou.

O secretário de Estado de Nampula, Mety Gondola, lembrou que o quadro geral das alterações deve respeitar os pressupostos colocados como ponto de partida da discussão e reconheceu as barreiras que os jovens enfrentam no acesso à terra.

Disse que urge questionar “que alterações propomos para flexibilizar e facilitar o processo para o país que todos queremos”.